

Silêncios da historiografia brasileira: O golpe civil-militar em experiências de pesquisa no Pará*

Silences of brazilian's historiography: the civil-military coup in Pará's research experiences

Jaime Cuéllar Velarde**
Agenor Sarraf-Pacheco***

* O artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado “No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)”, de autoria de Jaime Cuéllar Velarde, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia (UNAMA), sob a orientação do Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Em 2015, o trabalho foi publicado pela editora Prisma (VELARDE, 2015).

** -Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA - 2010); Especialista em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú (UVA - 2004-2005); Licenciado Pleno e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA-1995-1999). Professor Efetivo da Rede Estadual de Educação do Pará (SEDUC - a partir de 2007). Membro da Comissão Nacional da Verdade - Anpuh/PA, do GT Ditadura e Gênero. Desde 2014, coordena o GT de Memória: gênero e ditadura, da Comissão Estadual da Verdade – Pará.

*** - Doutor em História Social (PUC-SP, 2009); Mestre em História Social (PUC-SP, 2004); Especialista em Métodos e Técnica em Elaboração de Projetos Sociais (PUC-MG, 2002) e Licenciado Pleno e Bacharel em História (UFPA, 1999). Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará (UFPA), lotado no Instituto de Ciências da Arte (ICA), vinculado à Faculdade de Artes (FAV), ao Curso de Museologia e aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e História Social da Amazônia (PPHIST). Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

RESUMO



O artigo mapeia escritas da História sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil para mostrar que, apesar das difíceis trajetórias que a nação e seus habitantes trilharam em distintas parte de seu território, a experiência dos longos tempos de regime de exceção na Amazônia ficou quase nas dobras das produções historiográficas nacionais. Objetivando problematizar e ampliar esse enredo, com base em experiência de pesquisa sobre o tema no Pará, o texto apresenta os caminhos teórico-metodológicos da dissertação de mestrado “No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85), cujo eixo revelador são vivências de sujeitos culturais que utilizaram o teatro, a poesia, a trova, a música, a literatura, o discurso político para, de algum modo, contestar as práticas autoritárias dos militares no poder.

Palavras-Chave: Historiografia. Ditadura Civil-Militar. Estudos Culturais. História Oral. Pará.

ABSTRACT



This article maps written of the history about Civil-Military Dictatorship in Brazil to show that, despite the difficult paths that the nation and its people have walked in different part of its territory, the experience of long dictatorial regime times in the Amazon was almost in the folds of national historiographical productions. Aiming to discuss and expand this plot, based on research experience about the subject in Pará, the text presents the theoretical and methodological ways of the dissertation "At Twilight: Subversive Memories of the Civil-Military Dictatorship in Pará's Amazon (1964-85) whose revealing axis are the experiences of the cultural subjects that used the theater, poetry, trova, music, literature, political speech to, somehow, answer the authoritarian practices of the military in power.

Keywords: Historiography; Civil-Military dictatorship; Cultural Studies; Oral History; Para.

Em 2004, com recursos dos autores, foi lançado em Belém (PA), o livro de memórias intitulado “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará” . Um grupo de oito memorialistas, sob o mote de “um pouco antes, um pouco depois” [do golpe], decidiram

abrir a caixa de pandora dos significados do golpe civil-militar para suas vidas. Havia passado quatro décadas e o mercado editorial acadêmico, em todo o Brasil, havia encharcado o público com palestras, seminários, conferências e toda sorte de publicações com o tema.

Assim, na seara amazônica, aquela publicação cumpria o papel de informar, mas também exigir dos leitores uma postura mais acirrada na repulsa aos autoritarismos do passado. Ao mesmo tempo, a luta em prol do reavivamento daquelas memórias emergia como uma maneira de dizer não a um presente incerto (SARLO, 1997).

Ao término de sua leitura, inquietações para o entendimento sobre os anos de chumbo haviam aumentado. Os sebos e bibliotecas nutriam, porém abriam novas perguntas. A internet tornou-se principal ferramenta para se conhecer protagonistas e antagonistas do regime. Entretanto, personagens e tramas ainda estavam atrás das cortinas e conhecê-los passou a ser mais do que curiosidade, alcançou status de necessidade acadêmica. Havíamos sido encapsulados e sair já não era mais alternativa possível.

Iniciamos a investidas em livrarias, sites especializados, sebos, para aplacar ânsias por conhecer mais sobre o tema. Assim, ordenamos a seguir as leituras que foram significativas e hoje compõem repertório sobre o tema. Em julho de 1985, capitaneado e prefaciado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, sob os cuidados da Editora Vozes, estourou no colo dos militares o livro “Brasil: Nunca Mais” (ou BNM, como é comumente chamado). A pesquisa foi densa e ocorreu nas barbas dos generais, conforme marca aquele prefácio. A obra discorria sobre os castigos cruéis, desumanos, nos porões da ditadura. Não se eximiu de abordar o sistema repressivo do Estado para com o cidadão mediano, mostrou locais de tortura com depoimentos crus de presos/sobreviventes. Nomes, documentos, fotografias, sustentavam a argumentação. Aquela publicação, pela contundência acusadora influenciou os pesquisadores dos anos 1990 e 2000.

Tal publicação, contudo, não ficou sem resposta. Talvez um pouco tarde e sem o mesmo estardalhaço do antecessor, em 2007, chegou ao mercado o livro “Orvil” . Era o contra ataque dos militares para o BNM. Pouco se sabe sobre as razões da rala e escassa divulgação, mas com “Olho por olho: os livros secretos da ditadura” , de 2009, o jornalista Lucas Figueiredo, narra a história das arquiteturas para produzir o BNM (Brasil: Nunca Mais) e do “Orvil” (a palavra livro escrita ao contrário). Segundo Figueiredo, “Orvil” pretendia ser uma resposta ao religioso Dom Evaristo Arns (um dos mentores do BNM) e seus financiadores. Entretanto, como bem observa, não obteve êxito na proporção de seu antagonista. O âmago de “Olho por olho” é, mais do que mostrar como se produziram as pesquisas para os dois livros em questão, mas demonstrar que desde 1979 até 2007 foi travada uma batalha silenciosa e suja entre essas duas forças dissonantes. Embora Figueiredo intente mostrar a história dos dois livros, cumpre melhor missão ao demonstrar as astúcias para a produção do BNM.

Com o caminho aberto pelo BNM, como em toda efeméride, o ano de 2004 proporcionou a avalanche editorial esperada.

Elio Gaspari, com quatro petardos intitulados “A Ditadura Envergonhada” (2002a), “A Ditadura Escancarada” , (2002b), “A Ditadura Derrotada” (2003), “A Ditadura Encurralada” (2004), faz análises desnudando os bastidores do regime. Conforme bem anunciam os títulos, Gaspari carrega o mérito de adensar sua escrita com cunho de denúncia. Muito embora não seja o único, nem o primeiro, o autor produziu forte impacto no mercado acadêmico com análises envolventes e escrita para serem lidas com dedo em riste ao mostrar sujeitos arrependidos e o uso despuadorado da violência na política de Estado. Seus títulos, por si só, já anunciavam ruptura com as clássicas análises estruturalistas marxistas que ainda eram majoritárias nas universidades naquele momento.

Somaram-se ainda ao mercado acadêmico os trabalhos de Fico (2004), Kushnir (2004), Reis (2000), Ridenti (1993) e Motta (2004), dentre outras. Todas com a promessa do cunho ineditista e menos arraigado aos ditames do binômio direita-esquerda tão ferrenho durante os anos de Guerra Fria.

Sob as fortes influências de outras perspectivas historiográficas e atendendo aos cuidados metodológicos dos Estudos Culturais, Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, ainda em 2004, publicaram “O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)” . Na ocasião, os textos arregimentados para aquela publicação proporcionaram um banquete para historiadores mais propensos a abandonar o tradicionalismo. Assim, charges, músicas, textos oralizados, jornais, foram eficazes para demonstrar a polifonia da memória, conforme (REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004). Já com as múltiplas possibilidades de compreensão das temporalidades para o tema da ditadura civil-militar foi possível alargar horizontes para dar conta de quem seriam os sujeitos nos epicentros daqueles 21 anos (DELGADO, 2004).

Em 1993, Marcelo Ridenti, preteriu os ares otimistas e se dedicou aos acúmulos de derrotas que abateram as esquerdas brasileiras. Analisando Chico Buarque de Holanda e Caetano Veloso, percebeu que pouco ou quase nada daquelas letras haviam impactado ou evocaram cunho revolucionário. Também trabalhou os documentos fílmicos do Cinema Novo, a Guerrilha do Araguaia e os círculos academicistas para chegar às mesmas conclusões: todos haviam passados por mais reveses do que vitórias! Se bem situarmos as pesquisas de Ridenti nos fins da década de 1980, compreenderemos seus anseios de justiça. Anos depois, como um dos autores de “O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)” , suas perspectivas são menos exigentes e mais coerentes com o fato de que as transformações sociais se dão em períodos mais longos que os desejados.

Em 2008, como consequência de uma pesquisa de Mestrado, Maria Ribeiro do Valle, já estava com a 2ª edição do trabalho intitulado “1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil” . Naquele livro, sugeriu a região sudeste como palco maior das resistências de organizações estudantis. Privilegiando o locus da pesquisa naquela

região e sequer mencionando a região norte, acabou por deixar a Amazônia como palco inexistente, nas margens, inclusive dos rios e matas. Sem nenhum trocadilho. O desdobramento positivo da autora reside o método da investigação: jornais, documentos e discursos (de Centros Acadêmicos e das Forças Armadas) para perceber o povo (sic) como protagonista na antítese ao projeto de poder dos militares, ainda que a moeda de troca entre ambos tenha sido a truculência dos cassetetes e cavalarias, com prejuízos maiores para os jovens inconformados.

Na mesma temática da opressão estatal, Anthony W. Pereira (2010), norte americano brasileiro, fez abordagem estrutural no cone sul latino. Com "Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e na Argentina", faz paralelos entre a política fascista do Estado Italiano, devidamente constitucionalizada, e a repressão sul-americana, também amparada por dispositivos jurídicos para ter ares de democracia e/ou legitimidade. Com extremo didatismo, e guardando as devidas diferenças e proporções, permite o vislumbrar da "sobrevivência de instituições jurídicas estatais" no âmbito da política ditatorial brasileira. O recado de Pereira é instigante e necessário para a sociedade brasileira e vizinhos latinos.

No Norte do Brasil, com destaque para o Estado do Pará, por ocasião dos 40 anos de golpe, não há ecos de ações vultosas, com exceção da publicação de "1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará". 10 anos depois, em 2014, houve um sopro de investimentos. Momento em que as zonas de silêncio foram quebrantadas. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, alguns setores mobilizaram-se. Assim, o Pará foi palco da criação de três comissões para ouvir testemunhas do período, são elas: a Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará (SINJOR-PA), a Comissão da Verdade César Leite, da Universidade Federal do Pará e a Comissão Estadual da Verdade. Esta última criada em setembro de 2014, pela Lei nº8.702/2014. Antes da culminância dos 50 anos de golpe, pulularam eventos de História Oral, com mesas redondas, minicursos, conferências e rodas de conversas versando sobre o tema. No bojo, organizamos duas Rodas de Conversas com mulheres que vivenciaram o período ditatorial. Ambas na Feira Internacional do Livro de Belém, Pará, nos anos de 2012 e 2013.

Sobre a literatura especializada, ainda há necessidade de avanços, salvo honrosas exceções, tais como a publicação de "Chão de Promessas", de Pere Petit (2003). Petit também é memorável ao dar conta das decisões políticas, com embustes geoestratégicos. O autor esquadrinha atitudes governamentais que modificaram paisagens sociais e políticas desde a exploração gomífera na região (no século XIX) até o advento da Nova República (1985).

Tony Leão da Costa intitulou sua dissertação de mestrado com "Música do norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da "MPB" no Pará (anos 1960 e 1970)". Gestado na Faculdade de História, da Universidade Federal do Pará, em 2008, o autor mapeou autoritarismos travestidos de decretos institucionais. Valendo-se

de sujeitos pouco percebidos pelos tradicionais, Costa recorreu aos métodos e teorias da História Oral para capturar, analisar e produzir sobre a sabedoria popular do Pará.

No ano de 2011, Carlos Eduardo dos Santos e Santos produziu pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará a pesquisa denominada "Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)". Seu trabalho privilegiou como sujeitos de análise os próprios militares. Assim as arbitrariedades ganham outras perspectivas, diferentes, é claro, do que dizem as vozes opositoristas ao poder instituído. O mérito daquela pesquisa reside no fato de recorrer aos atores contemporâneos ao regime.

Raquel Cunha, em Trabalho de Conclusão de Curso, para delimitar os informantes de sua pesquisa, enveredou no tema de forma menos comprometida com os tradicionais. Trouxe para as luzes da cena um padre teatrólogo, por exemplo. Com roteiro de perguntas orientadas pela Antropologia Social, Cunha apontou para um entendimento da cidade de Belém à época do golpe. Destarte, intitulou seu artigo com o sugestivo título de "Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas". Lançado em 2008, a autora também se dedicou a acarear textos orais e discursos jornalísticos. Além de contribuir com cenário da escrita por evidenciar a participação feminina naqueles tempos: Violeta Loureiro, estudante à época do golpe, foi mostrada como ativista política e, acima de tudo, mulher de seu tempo.

Em 2012, Petit e Velarde, por ocasião de Edição Especial intitulada *Anos 60*, foi publicado o artigo "O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências". Na ocasião, o enfoque maior deu-se sobre a participação dos militares e o apoio de setores da sociedade civil ao golpe militar, bem como a repressão que sofreram os estudantes e organizações de esquerda e políticos "populistas". Na perspectiva metodológica dos estudos de história local e regional, as principais fontes utilizadas foram os jornais de Belém, livros de memórias, trabalhos acadêmicos e fontes orais.

Já em 2014, Velarde e Sarraf-Pacheco publicaram o artigo "Quando a Memória Traduz Sentimentos: narrativas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)". O trabalho analisa vivências de sujeitos culturais que experienciaram práticas de exceção agenciadas pela Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense. Fundamento em conteúdos e performances corporais captados em narrativas orais e operando com perspectivas de análise dos Estudos Culturais e da História Oral, o texto explora sentimentos que afloram nas memórias dos entrevistados para perceber como, no contexto da pesquisa, traduziram avaliações, posições, visões de mundo acerca das difíceis experiências pessoais e coletivas compartilhadas nos tempos do golpe militar. Como resultado a perplexidade, o orgulho, o medo, o ressentimento, a esperança e a superação foram sentimentos perceptíveis nas narrativas. Todos os narradores, de alguma maneira, deixaram mais que registros de memórias.

Uma vez vinculados por essas leituras, percebemos a necessidade de dar luzes a novos sujeitos no cotidiano conflituoso amazônico paraense à época de 1964-85. Recorremos aos recursos metodológicos dos Estudos Culturais e, por conseguinte, lançamos mão de discursos postos em circulação pelos periódicos paraenses, além de memórias escritas e orais.

Na ocasião, “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará” , por ser uma produção gestada a partir das memórias de seus autores, foi a obra seminal para esta escrita. Era um amontoado de memórias de jovens estudantes amalgamados pelo golpe. Narrativas que apontavam aquele momento como o início de tempos traumáticos. Optamos por este mote como ponto de partida para a pesquisa.

A tessitura entendeu que aqueles memorialistas seriam o epicentro. Seria um gesto que atendia nossa concepção de justiça, uma vez que inúmeras passagens daquela publicação provocaram emoções. Ou seja, era mais que opção metodológica. (In)felizmente, o falecimento de um daqueles memorialistas, Ronaldo Barata; a distância e dificuldade de comunicação com Isidoro Alves e Roberto Cortez, fizeram refazer o percurso inicial das entrevistas. Daí para frente, precisamos abandonar a fixa ideia de ter somente os narradores de “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará” . Novos depoentes foram incorporados ao projeto de pesquisa. Assim, Dulce Rosa de Bacelar Rocque, Alfredo Oliveira e Claudio de Souza Barradas somaram-se a José Seráfico de Carvalho, João de Jesus Paes Loureiro, André Costa Nunes e Ruy Antonio Barata.

O objetivo central da pesquisa iniciou com três nós a serem desatados. Não chegaram a ser abandonados, mas precisaram ser refeitos pelos rumos que a trajetória de leitura e pesquisas de campo propuseram. Passamos a ser coautores da insuficiência de informações e dos silêncios. Adiante, detalharemos.

Primeiro, é extremamente necessário reconhecer a impossibilidade de analisar o cotidiano conflituoso da Amazônia Paraense sem antes selecionar pessoas representativas que denominamos “sujeitos culturais” – adiante explicaremos esta categoria –, analisar as experiências narradas por estes e, contiguamente, desnudar o seu cotidiano em relação ao regime à época do golpe civil-militar. Junto a isso, mapeamos o conjunto de linguagens por eles construídas para lidar com os mecanismos de censura/opressão.

Segundo, feita a seleção dos sujeitos culturais a terem suas memórias analisadas, interpretamos o imaginário por eles produzido nas interfaces e tensões com o imaginário hegemônico no contexto da ditadura no Pará.¹ Ou seja, é preciso considerar a heterogeneidade dos sujeitos selecionados para, então, perceber as tensões construídas por motivações diferenciadas para cada um deles. Implica afirmar o lugar social e situações vividas com sensibilidades diferenciadas. Desta forma, é mister captar as estratégias e

¹ Sobre estudos do imaginário social no campo histórico, há uma significativa bibliografia. Entre eles é válido citar: (PANTLAGEAN, 1993; BACZKO, 1985).

diferentes mecanismos de silenciamentos, opressão, censura implementados pelo poder militar na região amazônica para situar no tempo-espaço os sujeitos pesquisados.

De posse da História Oral enquanto ferramenta metodológica, apreendemos conjunto sistemáticos de censuras, castrações políticas e detenções esporádicas como instrumentos do estado, causadores da criação de outras perspectivas para as inúmeras paisagens da capital paraense. Alguns retratos da cidade remetem a um passado traumático para os sujeitos que experimentaram a repressão. *Pari passu*, o poder público – corroborado por setores da academia responsável pela produção/discussão do conhecimento – das décadas posteriores ao golpe civil-militar – produziu significados muito mais turísticos e recreativos do que explicitaram o caráter histórico das edificações. Assim, a memória da capital até o momento não permite visualizar o período ditatorial que assolou a região – e o Brasil – por 21 anos.

Exemplo desse processo do patrimônio que negligencia a memória da ditadura está no espaço chamado de “Complexo Feliz Lusitânia”. Especialmente o espaço hoje chamado “Casa das Onze Janelas” que abriga o “Boteco das Onze” e um espaço de Exposição Permanente de Arte Modernista Amazônica.² Em 1964, essa construção servia à Quinta Companhia de Guardas, ligada ao CMA (Comando Militar da Amazônia) e era utilizado como calabouço para deixar incomunicáveis os estudantes e políticos “subversivos”. O espaço notabilizou-se na literatura amazônica na obra “Transtempo”, de Benedito Monteiro (1993), comunista convicto, deputado cassado e preso. Naquela obra estão descritas as diversas torturas mentais, incluindo a possibilidade de suicídio.³ Ou seja, junto aos mecanismos de opressão e censura do período ditatorial estão ainda para ser superados o esquecimento e a negligência historiográfica.

O mapeamento de algumas escritas da História sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil e o lugar quase silencioso da experiência paraense nesses tempos, os quais mudaram rumos, destinos e trajetórias de uma nação e seus habitantes, fizeram-nos sair em busca de sujeitos culturais que viveram e contestaram, de diferentes formas, o regime de exceção que se

² A Quinta Companhia de Guardas funcionava onde hoje abriga a Casa das 11 Janelas e compõe o Complexo Turístico Feliz Lusitânia. A Casa foi construída no século 18 como residência de Domingos da Costa Bacelar, proprietário de engenho de açúcar. Em 1768, a casa foi adquirida pelo governo do Grão-Pará para abrigar o Hospital Real. O projeto de adaptação é do arquiteto bolonhês José Antônio Landi. O hospital funcionou até 1870 e depois a casa passou a ter várias funções militares. Em 2001, o Governo do Estado do Pará assinou com o Exército Brasileiro um convênio, alienando os terrenos da Casa das Onze Janelas e do Forte do Presépio em favor do Estado. A Casa, como todo espaço inserido no processo histórico, serviu a diversas finalidade e funções no decorrer dos tempos. Assim, ao refletir as atitudes do Poder Público sobre tal Patrimônio há clareza da multiplicidade das dimensões que o mesmo assume na paisagem urbana e nas relações sociopolíticas nas quais se insere. Apesar disto, penso como dever do Estado criar mecanismos de informação para que a sociedade fique à par das historicidades e significados da paisagem e patrimônios que lhe pertencem. Inspirado em: <http://migre.me/6ab8U>, acessado em 10.09.11 – às 15h22.

³ Monteiro (1993, p. 64-70) quando argumenta sobre dúvidas, perguntas e incertezas gestadas a partir de um completo desconhecimento do que acontecia durante o tempo de incomunicabilidade na prisão. Nesse capítulo citado, lança luzes sobre a tortura “física” e “mental”.

instalou, fez moradia e deixou dolorosas heranças no território nacional brasileiro. Desse modo, o primeiro autor desse artigo, orientado pelo segundo, conseguiu produzir a dissertação de mestrado "No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85), base para a elaboração dessa produção textual coletiva.

Na pesquisa de mestrado tangenciamos os meandros da relação entre o discurso político e intelectual, articulando ditadura civil-militar e memórias de subversivos. Procuramos contribuir para o fortalecimento de estratégias de divulgação dessas memórias de dor para que o passado não se repita. Neste jaez, Beatriz Sarlo (1997, p. 42) é incisiva e esclarecedora, quando debruçada sobre as memórias do holocausto, assinala: "Nunca se pode saber tudo, nem nunca podemos nos resignar a um saber parcial e ao mesmo tempo inevitável (como o de toda prática) e inimigo da memória" .

Com os ensinamentos da História Oral, apreendemos memórias e procuramos esquadrihar seus significados nas lembranças de quem viveu a ditadura civil-militar na Amazônia Paraense. Neste momento, as encruzilhadas da pesquisa tornaram-se menos duvidosos uma vez que essa metodologia não é apenas uma técnica de entrevistas preocupada com informações produzidas pelos depoentes, mas o campo de significações de silêncios e/ou esquecimentos.

Os teóricos deste campo metodológico, cujos ensinamentos instigaram o bom senso do saber ouvir hoje são muitos. Entre esses, embarcamos nos escritos de Alessandro Portelli (1997a, 1997b, 1997c, 2010), Paul Thompson (2002) e Alistair Thomson (1997, 2001) e Khoury (2010). Por instigação desses intelectuais, produzimos um questionário. Obviamente, como bem aprendemos ao usar este recurso, esse esquema de perguntas gestadas para cada entrevistado acabou não sendo executado. Entretanto, foi a partir da fala dos entrevistados que surgiam as novas perspectivas para as memórias. Em vários momentos limitamo-nos a sorrir, franzir a testa para indagar, balançar a cabeça para aquiescer... Sempre sugerindo para o entrevistado não se deter à narrativa e ficar preso a uma camisa de forças de um roteiro pré-estabelecido.

Quando ocorreu uma segunda entrevista, o depoente foi lembrado sobre os pontos considerados necessários para ter continuidade. Alguns aspectos que exigiam maior aprofundamento eram colocados no início da entrevista. Com isso, mantivemo-nos coerente ao ritmo do primeiro diálogo para não quebrar o ritmo das narrativas. Boa dose de sensibilidade a florada no calor da pesquisa, trouxe novas possibilidades para o campo da História Oral.

Para desenhar reflexões e provocar os trechos pinçados das entrevistas e jornais, a opção recaiu sobre a teoria interpretativa dos Estudos Culturais, em especial em autores como Stuart Hall (2003, 2006), Dennys Cucho (2002), Edouard Glissant (2005), Homi Bhabha (2003), além das pesquisas produzidas por Sarraf-Pacheco (2006, 2009, 2011) sobre a Amazônia Marajoara em conexões com esta teoria interpretativa. Somando-se a estes, Michael de Certeau (1994), contribuiu decisivamente na construção de significados das práticas dos sujeitos pesquisados.

Ainda por sugestão dos Estudos Culturais, a pesquisa caminhou, ora abstendo-se, ora aproximando-se dos tradicionais escritos de História Política do Pará. Tal opção visou narrar experiências de novos agentes históricos como forma de obter outras perspectivas acerca do cotidiano amazônico à época do golpe civil-militar.

O uso da História Oral compõe esta argumentação não só por questões metodológicas, mas por fazer emergir memórias subalternizadas em “zonas de silêncio”⁴. Logo, a escolha da História Oral é uma opção política à justiça historiográfica por abrir horizontes de escuta para falas de sujeitos culturais outrora sequer mencionados pela academia. Há, contudo, uma necessária observação acerca da relação entre sujeitos e zonas de silêncio.

Os personagens contemplados nesta argumentação não se submeteram à penumbra da escrita histórica por decisão própria. Se a produção acadêmica não os vinculou à construção de astúcias e resistências durante o processo ditatorial, isso se deve tão somente ao tradicionalismo historiográfico de não perceber novos sujeitos nas tramas históricas.

Os atores pesquisados deixam ver estacas fincadas para delimitar seus raios de ação. Eles produziram seguidamente, ao longo dos anos ditatoriais, por meio de peças teatrais, músicas, poemas, artigos, cartas, panfletos, reuniões, artigos e ações de repúdio aos autoritarismos. As táticas de sublevação os marcavam ainda mais como subversivos e, portanto, construíram suas identidades sem que isso fosse necessariamente algo a ser escondido. Afinal, como cheguei até eles se não fosse pelos estardalhaços produzidos naqueles tempos?

Ainda na esteira metodológica, a escrita foi conivente aos propósitos interdisciplinares do Programa de Comunicação, Linguagens e Cultura. Opções analíticas foram construídas sempre permitindo a circulação de conceitos e discussões cujos focos estavam no compasso da esteira dos Estudos Culturais. Alargar os horizontes desta urdidura sem posturas monolíticas foi a tônica do trabalho de pesquisa e escrita. Desta forma, explícito que as categorias construídas a partir desta postura estão no corpo das reflexões sempre de modo relacional, no confronto da pesquisa.

A categoria identidade, por exemplo, recebeu o debate a partir de Hall (2003, 2006) e Cuche (2002). Isso porque ambos discutem variadas possibilidades de compreensão do fazer-se, além de mapear trajetórias de homens e mulheres na contemporaneidade; e ao longo da pesquisa constatamos que sujeitos contíguos ao golpe civil-militar fizeram questão de forjar elementos constitutivos de suas identidades, ao mesmo tempo, sujeitos externos atribuíram elementos outros para representar essas identidades. Isso ocorre porque esses

⁴ Expressão arquitetada por Sarraf-Pacheco (2010) a partir da audição de relatos de mulheres marcadas em suas infâncias por abusos sexuais que, por vergonha, autopreservação, luta por sustento, não denunciaram seus algozes. Por essa razão, as memórias dessas experiências dolorosas não eram compartilhadas. A impossibilidade de retransmissão desses saberes a outras gerações ou a outros grupos sociais dá-se pelo simples fato de que existem mecanismos de silenciamento e coerção por parte de grupos hegemônicos. Então, tais memórias são produtos de relações de poder entre agentes que mediram força em algum tempo e lugar. Não estão, necessariamente, no esquecimento. Esperam o momento oportuno para emergir, fazer-se ouvir e revelar-se ao palco de ações protagonistas de histórias interditas, mas vividas.

agentes históricos operam suas identidades sociais de acordo com suas atuações artísticas ou profissionais, mas sem olvidar outros papéis atravessados pela ação em círculos familiares, religiosos, profissionais. Além das relações de compadrios, ou com desconhecidos, em espaços múltiplos.

Diante deste quadro, para Hall e Cuche o conceito de identidade é controverso, antagônico, movediço, efêmero, flexível, móvel. Polifonias assimétricas e sinuosas para dar conta do multifacetado universo de significações forjadoras do estar no mundo dos sujeitos culturais desta pesquisa. Cuche (2002), ao abordar as relações e diferenças entre identidade e cultura, diz que:

Não se pode pura e simplesmente confundir as noções de cultura e de identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação. Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas (CUCHE, 2002, p. 176).

Assim, para Cuche (2002) as categorias existem separadamente, mas estão vinculadas. Isso instigou a pensar cultura e identidade amazônicas como fenômenos em constante dinamismo. As identidades amazônicas, em especial a dos sujeitos culturais aqui pesquisados, estão carregadas de "oposições simbólicas" que, por sua vez, causam "processos inconscientes" junto à cultura da região. Assim como há oposição, a categoria também produz laços de pertencimento. Ao instigar esta reflexão, o texto de Cuche se fez também imprescindível para colaborar e corroborar aspectos da discussão aqui travada.

Ao entrevistar o teatrólogo Cláudio de Souza Barradas (hoje aposentado das funções de sacerdócio na Paróquia Cristo Ressuscitado, no bairro da Marambaia, em Belém, Pará), por exemplo, constatamos a materialização da preconização de Cuche. As atividades de teatrólogo e padre, pela dicotomia em si destes papéis, evocam identidades movediças. Forçando-o a acionar papéis, nem sempre automaticamente. Ao responder a um repórter da RBA (Rede Brasil Amazônica de Televisão) sobre ser rotulado de "contraditório", se posiciona da seguinte maneira:

[...] O cabra veio me entrevistar e me pergunta: "Camisinha?" Aí eu falo assim: "Queres a resposta do padre ou do ser humano? Se for do ser humano eu digo: Usa. Se for do padre eu digo: Não". Porque o padre é só soldado raso, soldado não pensa, só obedece. Aí o cara disse: "Tu és contraditório". Eu disse: "É. Sou. Mas contraditória é a vida" (Cláudio Barradas, entrevista em 13 e 23 de maio de 2011).

A fala de Barradas faz retomar Hall (2006) a respeito das contradições envolvendo a categoria identidade, em especial o “jogo das identidades” . Significa dizer que Barradas, ao sugerir o uso de preservativos no momento da relação sexual, assume papel de cidadão consciente e preocupado com os riscos em contrair doenças ou evitar gravidez, caso não haja prevenção e cuidados com o corpo. E, ao migrar sua postura para o papel de Padre da Igreja Católica Apostólica Romana, tem ciência que esta instituição não autoriza práticas sexuais fora do matrimônio, cuja finalidade não seja a reprodução; sendo assim, não cabe a preocupação com prevenção de gravidez ou doenças, portanto o uso de preservativo é cabalmente proibido. Neste sentido, o “jogo das identidades” descrito pelas reflexões de Hall (2006) é encenado conscientemente por Barradas. O perfeito controle e aquiescência das suas identidades permitem imersões e emersões sempre que lhe é conveniente. Um sujeito em trânsitos identitários. A movimentação das identidades do padre-cidadão frente às vivências cotidianas é negociável e sempre relacional.

Diante das táticas de resistência tão comuns em todos os sujeitos culturais desta pesquisa, Michael de Certeau (1994) foi imprescindível para dar conta dessa análise. Por meio de bilhetes, anotações em pés de páginas, palavrões em cenas teatrais, duplos sentidos em versos e trovas, os dissidentes ao regime ditatorial conseguiram imprimir críticas à postura ditatorial. Estes sujeitos, de certa forma sentindo-se agredidos pelo estado de censura e violência, resistiam e criaram táticas, algumas vezes sutis, outras vezes atabalhoadas, conscientes ou inconscientes. Surtindo efeitos – ou não – junto a outros grupos, os sujeitos culturais conseguiram criar brechas dentro do regime de exceção. O fato é que diversas táticas foram urdidas e postas em prática.

Outras duas categorias de análise foram trabalhadas na dissertação para discutir as memórias em tempos de censura. Ambas foram cunhadas no decorrer das leituras e investigação de campo. Obviamente, ao final da argumentação poderão ser questionadas, pois foram gestadas sob o calor da empiria da pesquisa, mas certamente apresentam contribuição para o debate sobre a ditadura em solo paraense. São elas, sujeitos culturais e memórias de dor.

Sujeitos culturais é a categoria utilizada para denominar agentes contemporâneos ao golpe civil-militar que de alguma forma criaram táticas de resistência ao regime. Inicialmente, esse termo não estava prescrito no projeto de pesquisa ou nas sugestões da orientação. Esses sujeitos, inicialmente, eram denominados como intelectuais que interferiram no processo político e cultural da ditadura, cumprindo o papel de dissidentes ao regime. No entanto, a cada momento em que as entrevistas iniciavam e a expressão era mencionada rapidamente era rechaçada pelos entrevistados.

Assim ocorreu com os entrevistados João de Jesus Paes Loureiro, André Costa Nunes, Pedro Galvão de Lima e Cláudio Barradas. Entendemos essa recusa como um problema a tornar-se perigoso para o êxito do trabalho. Seria difícil sustentar uma categoria de análise em que os próprios entrevistados não se reconheciam nela ou, por modéstia, alegavam não se reconhecer.

Assim, optamos por denominar sujeitos culturais todos aqueles que, de alguma forma, utilizaram o teatro, a poesia, a trova, a música, a literatura, o discurso político, ou quaisquer outras linguagens possíveis de estarem a serviço da sociedade, numa atitude fundada não na subserviência, mas na doação e postura de igualdade entre os cidadãos. E por agirem às margens do poder ditatorial, urdindo táticas diversas para burlar a ditadura, foram tachados de subversivos, perigosos, comunistas, vermelhos.⁵ Obviamente, com o passar das últimas quatro décadas, sofreram transformações em suas identidades. Naquela altura, eram estudantes recém-formados ou formandos, cuja perspectiva de futuro estava atravessada pelas ações ditatoriais do novo regime. Cada um ruminou o passado conforme o repertório particular e hoje são atores sociais bem diferentes daquilo que foram um dia.

Ao retomar o diálogo com os sujeitos da pesquisa houve ainda a rechaça à categoria analítica denominada intelectual. Todos foram enfáticos em afirmar-se como “profissionais” nas áreas em que atuam no mercado de trabalho. A postura diante do termo sujeitos culturais foi de maior aceitabilidade quando comentávamos a maior abrangência desta nomenclatura. Assim, optamos pelo uso desta expressão por ter sido testada e aprovada na fase das entrevistas.

As memórias de dor é outra categoria cunhada a partir do calor das entrevistas. Todos os entrevistados, sem exceção, mesmo com sorrisos ou queixos erguidos pelo orgulho como lidaram com os tempos de autoritarismos, em vários momentos elevaram o tom da voz, cruzaram os braços, franziram as testas, enrubesceram os rostos. Performances que denunciavam de alguma maneira as memórias dolorosas por terem vivenciado momentos de medo, tensão, raiva. Por enquanto, alguns exemplos: em 1964, durante os primeiros dias do golpe civil-militar, Paes Loureiro foi preso, torturado física e psicologicamente, transferido para prisão no Rio de Janeiro sob risco de ser “suicidado” pelo DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), que, como diz o nome, teoricamente teria única função de estabelecer e manter a ordem, no entanto agia como instrumento de coerção e violência do Estado contra os opositores do regime.

Na narrativa de Loureiro, há um exposto de ressentimento para com o regime e toda a repercussão que isso causou à sua trajetória como poeta. O mesmo ocorre com as narrativas do, então, teatrólogo Cláudio Barradas e de Pedro Galvão, formado no curso de Direito no mesmo ano de 1964. Ambos trazem inscritas em suas trajetórias de vida as marcas nada indeléveis das perseguições da ditadura em terras amazônicas. O primeiro foi, várias vezes, censurado em suas peças, chegando a sofrer perseguição no ambiente de trabalho, passando dias sem que colega algum lhe dirigisse a palavra. O segundo foi preso sem nenhuma alegação. Simplesmente detido. Aflito pela falta de acusação formal, foi libertado pelo fato de pertencer à reserva do Exército, segundo acredita e narrou.

⁵ Preocupados com os sentidos que o esquecimento sobre os difíceis tempos de ditadura militar na Amazônia Paraense poderia produzir na atualidade, alguns *sujeitos culturais*, registraram em livros de memórias publicados, percepções das experiências do passado pelos óculos do presente. Entre essas publicações, destacam-se Loureiro (2011), Netto (2003), Oliveira (2010) e Carvalho (2007, 2010).

Em 2004, passados 40 anos de sua prisão, Pedro Galvão foi responsável direto pela seleção de depoentes e organização de textos para um livro intitulado “1964. Relatos Subversivos: os estudantes e o golpe no Pará” . A ideia e materialização do livro em si já demonstram um passado ainda presente na vida deste sujeito, provavelmente com marcas de um ressentimento recalcado, como já dizia Nietzsche (ANSART, 2004).

Em 2012, prestes a qualificar a dissertação de mestrado, o trabalho ainda não tinha um título condizente com o mergulho em documentos orais e escritos que evocaram sentimentos, lamentações, orgulhos, medos, certezas. As zonas de sensibilidades dos narradores, nas quais tentamos penetrar cuidadosamente, despertaram o desejo de lutas contra ações, projetos, atitudes e posturas que fossem desprezíveis para a humanidade. Constatamos o quão caro foram os preços pagos pelas lutas de ideais daqueles narradores. As lutas em torno do binômio poder-liberdade eram separadas por tênues e, muitas vezes, ineficazes fronteiras. Assim, o título “No Crepúsculo: Memórias Subversivas da ditadura civil-militar na Amazônia Paraense (1964-85)” , mesmo que não tenha dado conta do turbilhão de sentimentos atravessados pela pesquisa, foi o que mais se aproximou de nossos anseios naquele tempo em que fomos inundados por complexas, afetivas e politizadas memórias.

Bibliografia

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 15-34.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In. ENCICLOPÉDIA Einaudi, Anthropos. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

CARVALHO, José Seráfico de Assis. Do outro lado da barra. In. SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (Org.). *Os advogados e a ditadura de 1964. a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 2010, p. 262-69.

_____. *Nosso pai João Seráfico*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. São Paulo: EDUSC, 2002.

CUNHA, Raquel. *Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964*: paisagens e memórias de estudantes e artistas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Sociais/antropologia) - Universidade Federal do Pará, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: Temporalidades e Interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar*. 40 anos depois (1964-2004). Bauru (SP): Edusc, 2004. p. 15-28.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar*. 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004. p. 265-276.

GASPARI, Elio. *A Ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLISSANT, Édouard. Cultura e Identidade. In: _____. *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 71-95.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- KHOURY, Yara Aun. Apresentação. In. PORTELLI, Alessandro. *Ensaaios de História Oral*. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 7-18.
- KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 249-264.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Café Central. O tempo submerso nos espelhos*. São Paulo: Escrituras, 2011.
- MONTEIRO, Benedicto. *Transtempo*. Belém: Cejup, 1993.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 179-202.
- NETTO, André Avelino da Costa Nunes. *A batalha do riozinho do Anfrísio*. Uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros. 2. ed. Marituba: Ed. André Costa Nunes, 2003.
- NUNES, André et. al. 1964. *Relatos subversivos*. os estudantes e o golpe no Pará. Belém: Edição Dos Autores, 2004.
- OLIVEIRA, Alfredo Oliveira. *Cabanos & Camaradas*. Belém: Alfredo Oliveira. 2010.
- PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão – o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PETIT, Pere. *Chão de Promessas*. elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- PETIT, Pere; VELARDE, Jaime Cuéllar. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: Apoios e Resistências. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 169-189, 2012.
- PLATAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução Eduardo Brandão. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005, p. 391-427.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, PUC/São Paulo, v. 15, p. 13-33, abr., 1997c.
- _____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. *Projeto História*, PUC/São Paulo, v. 14, p. 7-24, fev., 1997b.
- _____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, PUC/São Paulo, v. 14, p. 25-40, fev., 1997a.
- _____. História Oral como gênero. *Projeto História*, PUC/São Paulo, v. 22, p. 9-36, jun., 2001.

_____. *Ensaio de História Oral*. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANTOS, Carlos Eduardo dos Santos e. *Do Ponto de Vista da Caserna: memórias do cotidiano e experiências de militares da aeronáutica em Belém durante o regime militar (1964-1985)*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SARRAF-PACHECO, Agenor. *À Margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da "Cidade-Floresta"* Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2006.

_____. *En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - PUC/SP, 2009.

_____. *Memórias em Zonas de Silêncio*. Disponível em: <<http://migre.me/68gmN>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

_____. *Imagens narradas, memórias e patrimônios desvelados*. *Ensaio Geral*, v. 3, n. 5, p. 135-155, jan-jul., 2011.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação*. Tradução de Rubia Prates e Sérgio Molina. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997.

THOMPSON, Paul. *História Oral e contemporaneidade*. Tradução de Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 09-28, 2002.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questão sobre a relação entre História Oral e as memórias*. *Projeto História*, PUC/São Paulo, v. 15, p. 51-71, 1997.

_____. *Memórias dos Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália*. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 85-101, 2001.

VELARDE, Jaime Cuéllar. *No Crepúsculo: memórias subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura), Universidade da Amazônia, Belém, 2012.

VELARDE, Jaime Cuéllar; SARRAF-PACHECO, Agenor. Quando a Memória Traduz Sentimentos: narrativas da ditadura civil-militar na Amazônia Paraense (1964-85). *Aedos*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 6, p. 187-219, 2014.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968. O Diálogo é a Violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008.

VELARDE, Jaime Cuéllar. *Memórias e Sentimentos do Golpe Civil-Militar: Estudos Culturais e História Oral na Amazônia Paraense*. Curitiba: Ed. Prisma, 2015.

Recebido em 22.02.2015 – aprovado em 19.10.2015